

A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA AGRÍCOLA DE PEQUENAS UNIDADES AGRÍCOLAS LOCALIZADAS EM REGIÕES METROPOLITANAS¹

Antônio Carlos da Paz Santana² - Universidade de São Paulo
profantoniocarlos@yahoo.com.br

Marta Inês Medeiros Marques³ - Universidade de São Paulo
mimmar@usp.br

Palavras-Chave: Posseiros, “Cinturão Verde”, Hortifrutigranjeiro e Campesinato.

Introdução

O presente trabalho constitui um esboço das primeiras conclusões da nossa dissertação de mestrado. Ela tem o objetivo de compreender como um grupo de agricultores posseiros organiza sua produção a partir da relação com o sistema agrícola e deste para como os mercados de regiões metropolitanas, tendo como base a Região Metropolitana de São Paulo-RMSP.

Alguns estudos da Geografia Econômica têm afirmado que as populações das metrópoles são as maiores consumidoras de produtos hortifrutigranjeiros e que a metrópole paulista, na qualidade de principal mercado consumidor, comanda a valorização e a organização dos espaços de produção agrícola que se encontram em suas proximidades.

O lugar de nosso estudo é um dos bairros rurais, que neste trabalho denominaremos de Bairro Rural Chácaras de Santo Ângelo-BRCSA, que se encontra localizado no município de Mogi das Cruzes. A produção de hortaliças, frutas, flores e cogumelos é a de maior volume de toda Microrregião Geográfica de Mogi das Cruzes - MGMC.

Ela está localizada há cerca de 60 quilômetros do centro da RMSP. Além desta localização privilegiada para com os mercados paulistanos e dos laços políticos que a região sempre manteve com a capital, ela possui também certas condições geográficas que determinaram a substituição de antigas culturas tradicionais, como o algodão, a cana de açúcar e o café, por culturas hortifrutigranjeiras que lhes possibilitaram a criação e o desenvolvimento de um “cinturão verde” em seu espaço rural.

Há quase um século os produtos hortifrutigranjeiros vêm compondo a paisagem agrária desta Microrregião. As hortaliças, frutas, flores, cogumelos e ovos são destinados em maior volume para os mercados metropolitanos de São Paulo, Vale do Paraíba paulista e Baixada Santista e, em menor quantidade, para os mercados do Rio de Janeiro⁴ e Belo Horizonte. A cultura de flores, cujo

¹ Dissertação de Mestrado em fase de conclusão junto ao Departamento de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo – USP.

² Orientando em Pós-Graduação pelo Departamento de Pós-Graduação em Geografia Agrária da USP

³ Prof^a Dr^a Orientadora do Departamento de Pós-Graduação em Geografia Agrária da USP.

⁴ Os elevados volumes de produção e a qualidade de hortaliças que os agricultores têm conseguido, na região serrana fluminense, vêm inviabilizando o comércio com a MGMC.

desenvolvimento tecnológico privado possibilitou o aumento da produção, vem ganhando espaço nos mercados internacionais.

As características econômicas, sociais e culturais dos agricultores do BRCSA guardam certas aproximações com as apontadas nos estudos sobre bairros rurais paulistas estudados por QUEIROZ (1973). Outras, entretanto, são inteiramente distanciadas face ao sistema agrícola desenvolvido para atender aos mercados consumidores; ao tamanho das propriedades e a situação de posseiro por parte dos agricultores. Desse modo, compreendemos que a organização do sistema agrícola e às relações comerciais entre os agricultores e os agentes dos mercados se desenvolveram segundo a lógica do mercado. Esta relação de subordinação, interfere diretamente na organização do sistema agrícola, na relação dos agricultores com os agentes do mercado e no fracionamento das propriedades.

Este trabalho está organizado, além desta introdução, em quatro tópicos. O primeiro, faz uma síntese histórica sobre a criação do chamado “cinturão verde” da MGMC; no segundo, apresentamos as principais características do lugar onde realizamos nossa pesquisa empírica. O subdividimos segundo o processo de ocupação, do sistema agrícola e das condições de vida e dos mercados consumidores; no terceiro, apresentamos algumas conclusões que o desenvolvimento do trabalho permitiu fazer e no quarto tópico, sugerimos uma breve bibliografia.

1 – A origem do “Cinturão Verde” na MGMC.

Em seu passado histórico, Mogi das Cruzes guarda algumas características semelhantes aos vários “cinturões caipiras” que circundavam a metrópole paulista. Numa passagem da obra intitulada Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo de SAINT HILAIRE, citado por GRINBERG, consta um pequeno trecho sobre as condições gerais dos habitantes e da agricultura de Mogi das Cruzes, que foram observadas por HILAIRE em 1822:

“Os habitantes de Mogy e redondezas são em geral pobres e suas terras pouco férteis. O algodão é quase o único produto que exportavam. Segundo o que me informaram fazia-se outrora muito assucar nas vizinhanças de Taubaté, mas desde que subiu o preço do café desinteressaram-se os lavradores da cana para cuidar dos cafezais” (SAINT HILAIRE citado por GRINBERG, 1961:353).

Em outro trecho, GRINBERG cita um trecho das observações que AUGUSTO-EMÍLIO ZALUAR fizera, em 1860, em sua obra Peregrinações pela Província de São Paulo (1860-1861) sobre sua viagem a Mogi das Cruzes. Este trecho é importante porque ele revela que já na década de sessenta do século XIX os agricultores de Mogi das Cruzes já organizam sua produção voltada aos mercados da metrópole paulista:

“A proximidade em que se acha da capital é sem dúvida uma das causas de sua decadência, pois lhe absorve esta toda a sua autonomia. É um singular fenômeno que se dá para com certos núcleos do interior na proximidade dos grandes centros. O seu próximo contacto, longe de ser um bem, enfraquece e esteriliza os elementos de progresso local, nestas povoações de subúrbio, que não só definham pela falta dos capitais, que se deslocam no emprego de transações de interesses mais imediato, como pela escassez de braços, que encontram melhores salários nos pontos de maior atividades. A sua maior cultura é a do café, que nos dizem ter tido ultimamente algum desenvolvimento, e os gêneros alimentícios que produz chegam para seu consumo, e não sabemos se exportam para a capital alguns, visto que tanto a cana como o algodão e

a aguardente procuram saída naquele mercado ou no grande centro da Côrte, para onde descem os gêneros de exportação em bestas, muares, até a cidade de santos ou a vila de São Sebastião “. (ZALUAR citado por GRINBERG, 1961:356/7).

A proximidade com a metrópole e a expansão dos mercados consumidores desta, comandava cada vez mais a organização do espaço rural mogiano colocando-o na direção da industrialização. No final do século XIX, em 1894, a produção agrícola do município (é necessário lembrar ao leitor que nesta época o território mogiano ainda não tinha sofrido desmembramento algum) alcançava 1.670 pipas de aguardente; 170 pipas de vinho; 11.000 sacas de farinha de mandioca e 600 quilos de rapadura. E em 1897, a agricultura contava com 200.000 pés de café e 20.000 de videiras; a produção de aguardente chegou a 1.250 pipas de aguardentes e 220 pipas de vinho; 20.000 litros de arroz; 10.000 arrobas de café; 25.000 litros de feijão; 500.000 litros de milho e 200 arrobas de tabaco. (GRINBERG, 1961: 83/4).

No início do século XX a produção agrícola apresentava novas características. A presença de colonos europeus inicialmente de italianos e espanhóis e posteriormente de japoneses, vai lentamente transformando a paisagem agrícola com a introdução de novas culturas. Uma parte desta transformação é decorrente do fato de que as propriedades das antigas áreas de produção do “cinturão caipira”, localizadas na metrópole paulista, passam a sofrer um processo de fragmentação, em função da valorização dos terrenos ocasionados pela especulação imobiliária com a expansão da área da metrópole. Mas, também, não se pode deixar de se considerar que o crescimento da metrópole, sobretudo pela chegada de milhares de imigrantes, introduziu tanto novas culturas e costumes alimentares, obrigando os agricultores a expandir suas áreas de cultivo para áreas mais distantes a metrópole.

Em razão de tudo isso e, sobretudo, aos preços baixos das terras mogianas (por serem consideradas de péssima qualidade), se comparadas com as mais próximas à metrópole, este município passou a atrair grandes levas de colonos, especialmente de japoneses, que buscavam pequenos lotes de terras para se instalarem como agricultores autônomos.

SEABRA (1971) afirma que foram os colonos italianos e espanhóis os responsáveis pela introdução da cultura de hortaliças nos arredores de São Paulo. Mas, que foram os colonos japoneses os que expandiram e definiram mais claramente o caráter comercial e especulativo de muitas atividades agrícolas do “cinturão verde” em torno de São Paulo.

Foi a partir da segunda década do século XX que a atual paisagem agrícola mogiana foi se configurando mais nitidamente como área de produção hortifrutigranjeira. Mas, alguns fatores políticos foram articulados para que isso ocorresse: Em 7 de abril de 1952, realizava-se a primeira Festa do Caqui de Mogi das Cruzes, organizada pela colônia japonesa com o apoio da prefeitura local; dois meses depois, o deputado estadual Derville apresentou à Assembléia Legislativa de São Paulo um projeto de lei para a criação de um Posto de Mecanização Agrícola no município.

HESPANHOL (2004) et all, afirma que para aumentar a oferta de alimentos no mercado paulista e a racionalidade na distribuição, o governo estadual, Lucas N. Garcez, criou em 1952 o Serviço de Fomento Agropecuário da Capital. Para dinamizá-lo foi constituído o Cinturão Verde, no mesmo ano, através do

Plano Quadrienal de Administração que por sua vez seria responsável pela criação de Casas de Agricultura, (sendo uma delas em Mogi das cruces) a fim de prestar assistência técnica aos produtores rurais, e o Centro Estadual de Abastecimento (CEASA e posteriormente CEAGESP) na cidade de São Paulo em 1966.

Com estas medidas a produção da MGMC passou a experimentar grande expansão, favoreceram enormemente a ocupação do espaço agrário e urbano. Tudo isso favorecia diretamente a produção e em parte a comercialização, mas não resolvia os problemas de infra-estrutura que a circulação enfrentava. É neste contexto que surge o cooperativismo como uma forma de se organizar, não somente a circulação, como de todo resto: a deficiência dos solos, a produção, para amenizar a concorrência entre os agricultores e o conseqüente rebaixamento dos preços, e a circulação.

Pela quantidade de cooperativas locais e estaduais que foram criadas, nos dá uma idéia da expansão que o setor conheceu, e como a produção de hortifrutigranjeira passou a ser dominada pelas cooperativas. SEABRA (1977) afirma que entre 1933 e 1966 foram fundadas doze cooperativas somente no município de Mogi das Cruzes, entre as quais a Cooperativa Agrícola Mista de Mogi das Cruzes, a Cooperativa Agrícola Central Sul-Brasil e a Cooperativa Agrícola de Cotia que foram as maiores do país. As duas últimas, por exemplo, estenderam suas áreas de atuação para outros estados.

Entretanto, apesar da grande extensão territorial que estas cooperativas conquistaram, esta forma de organização da produção chegou a seu fim ainda nos últimos anos da década de oitenta. Os motivos que levaram ao fechamento das cooperativas, ainda, é motivo de muitos desencontros. Das informações que obtivemos junto ao escritório da Cooperativa Agrícola Sul-Brasil, em 1998, quando ainda funcionava o escritório em Mogi das Cruzes, fomos informados de que os elevados impostos que recaíam sobre as cooperativas tinham provocado o seu fechamento. Em outra conversa com o atual Secretário de Agro-negócio da prefeitura de Mogi das Cruzes, o senhor Takashi, em outubro de 2005, fomos informados de que o principal motivo teria sido o fato de que muitos cooperados nem sempre entregavam toda a produção à cooperativa, preferindo, às vezes, comercializar sua produção diretamente quando os preços eram mais favoráveis. Ainda, em outra conversa, desta vez com o Diretor-chefe do CATI, Sr. Roberto em maio de 2005, fomos informados de que teria sido a grande expansão da atuação, fugindo ao controle dos administradores, a principal causa da falência das cooperativas.

Tudo indica que teria sido a concorrência, obrigando a ampliação das áreas de atuação e o conseqüente descontrole administrativo, entre as grandes cooperativas e os grandes investimentos em outros setores econômicos, os fatores responsáveis pelo fechamento destas cooperativas. Todas elas estenderam suas áreas de atuação para outros estados, perdendo desse modo o controle de toda à administração local e regional. Houve casos em que a administração era corrupta ou simplesmente incapacitada para gerenciar certas áreas de atuação. Há uma outra causa que aparece mais comumente nas falas dos entrevistados, a de que teria sido investimentos mal-sucedidos em outras áreas distintas da agrícola, como a imobiliária e a de aplicação financeira, a causa principal do fechamento das grandes cooperativas.

Todos estes fatores despertaram nos agricultores uma grande resistência quanto a uma possível retomada desse tipo de organização.⁵

2 – Apresentação do BRCSA

2.1 – Processo de Ocupação

Os primeiros posseiros do BRCSA teriam sido agricultores descendentes de famílias japonesas. Estas primeiras famílias, já saíram para outras áreas de outros Distritos (algumas emigraram) ou venderam a posse para famílias sulistas e nordestinos recém-chegadas. Segundo o Sr. Wilson, ex-presidente da Associação dos Chacareiros de Mogi das Cruzes, alguns poucos agricultores ainda estão residindo no bairro rural e outros resolveram mudar de atividade econômica.

Os atuais grupos majoritários de agricultores são de famílias que migraram das Regiões Nordeste e Sul, embora haja também, famílias originárias dos estados das Regiões Sudeste e Centro-Oeste. O grupo mais numeroso é o de agricultores nordestinos, principalmente pernambucanos, oriundos dos municípios de Águas Belas, Barra do Una e Pedra. Começaram a chegar há cerca de doze anos e se estabeleceram como posseiros ou meeiros ou como trabalhadores temporários. Eles estão concentrados nas áreas mais baixas das várzeas, ocupam as menores áreas e são os agricultores de mais baixa condição econômica do bairro rural.⁶

Os sulistas formam o segundo grupo majoritário e são na maioria gaúchos e paranaenses. Começaram a chegar há cerca de quatorze anos. Algumas famílias, que trouxeram algum recurso, conseguiram comprar um ou mais lotes. A maioria, entretanto, trabalhou inicialmente como meeiras e depois de anos economizando conseguiram comprar uma ou outra posse.⁷

O senhor Lourenço, por exemplo, trabalhou no BRCSA inicialmente como arrendatário e somente alguns anos depois é que conseguiu comprar uma posse de um pequeno lote. Hoje, o Sr. Lourenço possui cerca de 20 hectares de terras que divide com quatro famílias de agricultores meeiros. Ele é o agricultor de maior posse da localidade: é proprietário de duas casas, sendo uma na cidade e outra no bairro rural; de um trator; de um caminhão; de dois automóveis, etc. Ele nos afirmou que a produção das terras que ocupa, rende cerca de R\$ 500,00 por dia, com exceção dos domingos e segundas-feiras.

⁵ É interessante perceber que é justamente na colônia japonesa onde se verifica a maior resistência ao cooperativismo.

⁶ Numa entrevista com o senhor Menininho, ele nos informou que migrou para Jundiapéba em busca de melhores condições de vida, apesar de sua família ser proprietária de terras no Nordeste, mas que ela depende economicamente da sua ajuda e da dos dois irmãos que juntos ocupam e cultivam dois lotes.

⁷ Entrevistamos o senhor Lourenço, de família gaúcha, ele nos informou que sua família possuía terras no Sul (RS), mas acabou vendendo para investir em compra de terras no norte do Paraná, no cultivo de soja. Entretanto, à distância aos mercados consumidores e a concorrência com as grandes propriedades, obrigou a família migrar para o estado do Mato Grosso do Sul. Após anos de muito trabalho e de fracassos acabou por perde as terras e resolveu migrar para Jundiapéba com a família por indicação de colegas que já viviam na região.

2.2 – Sistema Agrícola

Em função do sistema agrícola e do tamanho das propriedades⁸ os agricultores se autodenominam de chacareiros mas à unidade de produção a denominam quadra (tenho tantas quadras). A quadra é o principal espaço de trabalho onde se “tomba” a terra para em seguida formar os canteiros para receber as sementes; é o espaço propriamente do trabalho de cultivo e de “tirar” colher os frutos da mão-de-obra da família; a quadra corresponde a uma área formada por 60 até 120 canteiros, sendo que cada canteiro recebe em torno de seis fileiras de covas, no sentido longitudinal, e cada cova recebe duas mudas ou sementes com um espaçamento em torno de 20 centímetros de uma para outra cova.

Os agricultores fazem da força de trabalho familiar o motor de sua produção. Enquanto os homens realizam as tarefas mais pesadas (aquelas que necessitam da utilização do micro-tractor como tombar a terra, riscar e nivelar canteiros), limpar canteiros, tratar da compra de insumos e da venda da produção. Cabem as mulheres, além das atividades domésticas e da criação dos filhos menores, auxiliarem os homens no “tirar”, na contagem (por unidade ou dúzia), na montagem de pacotes ou maço ou caixa e na lavagem das mercadorias.

A melhor estação ao cultivo de hortaliças é contraditória a estação de maior consumo. As estações mais quentes do ano não são as mais indicadas para o plantio. É no inverno que elas se desenvolvem melhor e apresentam um aspecto mais saudável. Os pés de alface, por exemplo, ficam maiores e as folhas, apresentam uma coloração verde mais definida. Por outro lado, é no verão que o consumo aumenta em função de um maior consumo de saladas. Geralmente, é no início da primavera que a demanda dobra e muitos agricultores não conseguem atender a todos os pedidos. Estes fatores somados ao elevado índice de perecibilidade dos produtos acabam prejudicando a produção.

Há casos, em que é preferível contratar mão-de-obra acessória, mesmo que isso implique num maior custo de produção, que deixar que a produção se perca por não ter sido tirada/colhida a tempo. Esta é uma oportunidade que os agricultores encontraram para “ajudar” os desempregados ou mais necessitados do bairro. A solidariedade é uma forma de “ajuda” mútua entre os camponeses.

A jornada de trabalho dos agricultores começa logo cedo, por volta das 05:00, antes do sol nascer e se estende por todo o período de sol. A cultura de hortaliças exige um intenso trabalho e cuidados especiais do agricultor: logo cedo pela manhã devem ser molhadas para que o orvalho da madrugada não queime as folhas quando o sol nascer; ao entardecer, carecem de mais água e o processo da colheita exige mãos habilidosas para selecionar, cortar, separar, amarrar, lavar e armazenar em caixas de madeiras ou plásticas.

Após a irrigação ter sido realizada, geralmente pela manhã bem cedo, os agricultores passam para o processo de “tirar mercadorias” ou “tirar verduras”, colher. O período da tarde é dedicado à limpeza dos canteiros, a irrigação, a novas colheitas e a entrega de mercadorias no mercado e/ou aos atravessadores e feirantes que vão “puxar mercadorias” diretamente nas chácaras. O uso intenso do solo é uma

⁸ O tamanho médio dos lotes por chacareiro é de 1,2 mil metros quadrados.

característica comum entre os agricultores de pequenas áreas, mas quando se trata da produção de hortaliças o uso passa a ser ainda mais intenso.

Há uma certa modalidade de ajuda mútua entre os agricultores. Segundo o senhor Doraci⁹ nos informou, é comum um agricultor “pagar” o dia de trabalho, em trabalho, ao seu vizinho quando aquele necessita de mais mão-de-obra para tirar as verduras quando o pedido do consumidor é urgente ou muito grande, ficando ele com a obrigação de devolver o dia de trabalho “pago” para com o seu companheiro quando assim o necessitar.

2.3 – Condições Sociais

O Censo Demográfico, realizado em 2000 pelo IBGE, revelou que a população total do Distrito de Jundiapéba era de 39.073 habitantes, sendo 37.999 vivendo na zona urbana e 1.074 na zona rural. Já o Censo de 1991, tinha revelado um total de 23.675 habitantes, entre os quais a população urbana era de 21.872 habitantes enquanto que a população rural totalizava 1.803 habitantes. Comparando-se os dois Censos percebe-se um extraordinário aumento da população total do Distrito, na última década, mas o aumento se restringiu somente à população urbana: em 1991 era de 21.872 habitantes passando para 37.999 habitantes em menos de uma década. Houve um acréscimo de mais 16.127 habitantes, ou seja, em menos de uma década, a população urbana aumentou em mais de 73%. Com relação à população rural, ela apresentou, para o mesmo período, uma significativa redução se considerarmos os números absolutos: era de 1.803 habitantes em 1991 passando para 1.074 habitantes, uma redução de 99 habitantes. Mas considerando-se apenas os números percentuais a redução foi de apenas 5,49%.

O bairro rural possui uma pequena centralidade: em torno da única escola existente, há um grande galpão onde funciona a sede da Associação dos Chacareiros de Mogi das Cruzes que congrega 585 agricultores; um armazém; um bar; uma bomboniere e uma igreja evangélica. Esta pequena centralidade está localizada bem no centro do bairro rural e, é neste local, onde sai o ônibus escolar que leva e trás os alunos do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) para estudar em escolas de outros Distritos. É também neste ponto onde os habitantes aguardam o ônibus coletivo que circula a cada hora entre o bairro e o centro da cidade de Mogi das Cruzes.

O bairro conta com rede de iluminação elétrica em quase todas as ruas, mas ainda não possui sistema de distribuição de água encanada, esgoto e galerias de águas pluviais. Há as duas linhas telefônicas: convencional e celular, mas funcionam precariamente, ou por falta de investimentos no sistema ou porque é constante o roubo de cabos telefônicos na rede. Caso as pessoas necessitem de enviar ou receber correspondências deverão locar uma “caixinha” no posto dos Correios na vila de Jundiapéba, pois no bairro os Correios não prestam serviços.

A segurança é realizada de modo muito precário, se restringindo apenas a eventuais rondas policiais. Para os doentes, há um posto de atendimento no centro da vila de Jundiapéba, há cerca de três

⁹ O senhor Doraci, de família gaúcha, é membro da Diretoria da Associação, foi um dos articulados que criaram à Associação e é tido como um dos principais líderes do BRCSA.

quilômetros da sede da Associação. A única presença da administração pública existente no bairro rural é a escola.

Cortando o bairro rural, no sentido longitudinal, há uma Estrada Municipal, não pavimentada, que dá acesso à rodovia que liga o bairro aos mercados consumidores. Os agricultores pretendem que a Prefeitura promova a pavimentação asfáltica da estrada, facilitando desse modo à circulação e o escoamento da produção para os mercados e por entenderem que o asfaltamento atrairia feirantes e comerciantes até à porta das chácaras, onde a produção poderia se comercializada a um custo menor, evitando desse modo despesa com transportes.

Além desta Estrada, que desempenha a função de principal via de acesso ao bairro, ele conta com vários “arruamentos” que começam sempre na Estrada Municipal e terminam próximas às margens do rio Jundiá. Eles não têm reconhecimento da administração pública local, nenhum tipo de calçamento, rede de água, de esgoto e de águas pluviais, mas todos têm nomes e, geralmente, foram batizadas com o sobrenome do posseiro mais antigo ou com a indicação do adjetivo de naturalidade do grupo de agricultores ou de antigos posseiros que é mais numeroso ou por alguma indicação física, como por exemplo: rua Yoshida I, Estrada do Suzuky, rua dos Baianos, rua Manoel Lisboa, rua das Torres (torre de eletrificação que corta o bairro de norte a sul), etc.

São em sua maioria famílias da classe pobre ou da média baixa e numerosa, algumas têm seis, sete ou oito filhos. Os pais são geralmente analfabetos. Possuem poucos bens móveis como fogão, geladeira e geralmente contam com um tanquinho semi-automático para lavar roupas. A maioria das residências tem luz elétrica, mas, nenhuma possui água encanada e tratada, o mais comum é o uso de bomba elétrica para puxar água de poços que são construídos pelos próprios agricultores tanto para o abastecimento doméstico quanto para a irrigação e lavagem das mercadorias.

Há uma escola pública estadual na localidade que atende as crianças que freqüentam até o Ensino Básico (1ª a 4ª série). Como as vagas são insuficientes e a escola não oferece o Ensino Médio, os estudantes têm que se deslocar para as escolas de outros bairros do Distrito ou para escolas dos Distritos vizinhos. Para os alunos do Ensino Fundamental que não conseguem vagas na escola da localidade, a Prefeitura dispõe de um ônibus que leva e trás os estudantes para outras escolas mais distantes.

Apesar da existência de algumas famílias de agricultores, que apresentam melhores condições de vida que outras, como por exemplo, famílias que possuem veículos ou a casa de alvenaria ou possui linha telefônica convencional, etc., mesmo assim, não há uma diferenciação social hierárquica muito desenvolvida e definida entre elas. Economicamente, os recursos disseminados entre as famílias não geram divisões sociais latentes entre os grupos de agricultores.

As famílias estão organizadas em torno de uma Associação que foi fundada (1998) com a finalidade de organizar os agricultores para a luta pela terra junto aos órgãos públicos. Com exceção do barracão onde funciona a Sede da Associação, que é destinado às reuniões da Associação ou a realização de cursos ou palestras, que geralmente são promovidos pela Prefeitura ou pela Casa do Agricultor ou pelo Sindicato Rural, não há um espaço físico onde os agricultores possam se reunir socialmente para praticarem

atividades que incentivem os laços de amizade, de compadrio, comunitários ou mesmo para comemorarem alguma festividade cultural ou outro evento comunitário do bairro.¹⁰

Há um sentimento generalizado entre os agricultores de pertencimento à localidade onde residem e trabalham. Fica muito clara a diferenciação que eles fazem quando se referem a outras localidades: se, por exemplo, alguém necessita de ir até a vila de Jundiapéba, que é o centro do Distrito, costuma dizer: “vou pra Jundiapéba...”. É muito comum aos agricultores e moradores se referirem ao centro da cidade de Mogi das Cruzes como se fosse outra cidade, outro lugar: “lá em Mogi...” ou ainda, “trabalho em Mogi”.

Ao estudar como se organizava e como funcionava, de um modo geral, a sociedade rural paulista, em 1962, em função das rápidas transformações que ocorreram no fim do século XVIII e a entrada de milhares de imigrantes europeus nos campos daquele Estado, QUEIROZ (1973) notava que havia diferentes formas de agrupamentos e de vida cultural no meio rural, sendo uma delas o bairro rural.

Este lugar, onde residem os agricultores, assemelha-se ao bairro rural descrito por Queiroz (1973). Podemos destacar, a partir de nossas observações e conversas com os agricultores, que esse conceito se aproxima muito da realidade da localidade onde estamos realizando nossas pesquisas: a existência do “sentimento de localidade”, o auxílio mútuo, a troca de dias de trabalho entre os agricultores, a existência de uma centralidade local e o nivelamento econômico entre os agricultores compreendemos, tratar-se de um bairro rural formado por agricultores camponeses.

2.4 – Os Mercados Consumidores

Segundo a Assessoria de Imprensa do Sindicato dos Produtores Rurais de Mogi das Cruzes em o “Perfil da Agricultura em Mogi das Cruzes”, divulgado em 21 de outubro de 1997, afirma que este município, na época, tinha o escoamento da produção distribuído da seguinte forma: 90% era comercializada diretamente com feirantes e supermercados e apenas 10% no Ceagesp, em São Paulo.

Há uma multiplicidade de modalidades de comercialização, neste trabalho, nos restringimos a apenas quatro modos: (1) diretamente nas chácaras; (2) na Praça da Feira da vila de Jundiapéba; (3) no mercado Central de Abastecimento de AgroProdutores – CEAAP e (4) nas empresas distribuidoras que exercem a função de intermediária entre os agricultores e os grandes supermercados da região.

O primeiro ponto de venda ocorre diretamente nas chácaras entre os agricultores e os compradores. A maioria dos compradores é de atravessadores, que revendem as mercadorias na Praça da Feira da Vila de Jundiapéba, ou distribuem no Ceagesp e na CEAAP, na cidade de São Paulo, ou em outras praças de comercialização de outros municípios do Estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Enquanto, a minoria, é de feirantes, que revendem as mercadorias em feiras-livres nos bairros de Mogi da Cruzes ou da capital ou de outras cidades da região. Há, ainda, uma outra modalidade de compradores. São de agricultores-revendedores que compram mercadorias para atender um pedido maior que sua produção.

¹⁰ Não há igreja católica no bairro propriamente dito, mas há nas proximidades a Paróquia de Santo Ângelo construída no início do século passado. Para as famílias católicas, o padre Danielli da Paróquia da vila de Jundiapéba, esporadicamente realiza novenas nas casas quando é convidado.

Às vezes, pode acontecer de a produção do dia de um determinado agricultor não ser suficiente para atender um pedido, já acertado anteriormente, e para atender integralmente o cliente, o agricultor terá que comprar o complemento do pedido de um vizinho próximo. Esta é uma prática comum entre os agricultores que possuem as maiores terras. Ela não poderá ser confundida com a atividade comercial dos atravessadores, que praticam suas atividades com a finalidade exclusiva de obter lucros. Já os agricultores-revendedores, têm por finalidade complementar um pedido de um cliente que cuja produção não lhe foi suficiente para atendê-lo.

A venda direta na própria chácara, apesar dos preços inferiores recebidos e a sujeição aos atravessadores, é uma modalidade, de certo modo, preferida pelos agricultores que não possuem veículos ou quando não possui veículo apropriado para transportar sua produção até os mercados formalmente instituídos.

O segundo ponto de venda é a Praça da Feira da Vila de Jundiapéba. Este ponto funciona muito mais como uma espécie de base de logística que propriamente como um mercado. Ele é um ponto de distribuição das mercadorias adquiridas diretamente nas chácaras. Os atravessadores utilizam as instalações de barracões, construídos com esta finalidade, como base de apoio logístico. Daí partem inúmeros caminhões, de propriedade de atravessadores e de proprietários autônomos, diariamente para abastecer os mercados da Região Metropolitana de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais além da Baixada Santista e Vale do Paraíba.

O terceiro ponto de venda é o mais utilizado pelos agricultores. A Central de Abastecimento de AgroProdutores – CEAAP, recebe o maior parte do volume da produção dos agricultores. Esta Central encontra-se localizada na zona cerealista da cidade de São Paulo. Logo na entrada, percebe-se uma grande movimentação de carros de passeio, peruas, peruas-kombis, caminhões grandes e pequenos transportando diversas mercadorias. Há também a movimentação de muitos carregadores que utilizam uma espécie de carrinho de mão que são apropriados para transportar as mercadorias dos automóveis até os boxes, onde são comercializados os produtos. Há ainda um fluxo de veículos de vários municípios: Mogi das Cruzes, Suzano, Ibiúna, Sorocaba, São Roque e outros.

Depois de um tempo, percebe-se que existe uma certa distribuição espacial das mercadorias conforme seu tipo, no mercado: O comércio de frutas (melancia, banana, jaca, laranja e outros) se localiza logo na entrada principal do mercado, à direita de quem entra, mas na parte de fora dos dois primeiros galpões que se avista; à esquerda de quem entra, há outros galpões, alguns descobertos e outros semicobertos, onde estão localizados os boxes destinados ao comércio de hortaliças: Alface, cebolinha, coentro, folhagens e alguns poucos “matinhos” como são chamadas as ervas, hortelã, orégano, etc. A parte destinada ao comércio de cereais (milho, arroz, grãos e farináceos) está localizada na parte exterior dos galpões, logo à esquerda de quem entra pelo portão principal.

O mercado abre às 06:00 da Segunda Feira e fecha somente às 06:00 horas do Domingo. Durante os dias da semana, o funcionamento é de 24 horas. O Sr. Wilson nos informou que é comum algum agricultor passarem a tarde e, às vezes, a madrugada inteira a espera de compradores para suas

mercadorias. Os consumidores que se utilizam deste mercado são feirantes, donos de restaurante, de bar, de hotel e de quitanda que vão em busca de preços baixos.

Os Boxes ou as “pedras” são muitos pequenos (cerca de dois metros quadrados) e, segundo o Sr. Wilson, ao custo de R\$ 75,00 por semana, ele próprio aluga um deles. A quantidade é muito grande, cerca de 150 boxes por galpão, todos muito juntinho um dos outros. É quase imperceptível o limite divisório entre um e outro boxe. Os comerciantes costumam utilizar caixotes tanto para expor as mercadorias quanto para fazer a demarcação espacial do boxe que aluga.

Há mais de uma modalidade de entrega: uma é quando são os próprios agricultores que vão efetuar a entrega em seus próprios automóveis, daí a grande quantidade de pequenos veículos circulando internamente. Uma outra modalidade é quando um agricultor trás a entrega de um ou mais agricultores. O agricultor que não tem caminhão, divide as despesas de transportes com o proprietário do caminhão. Segundo o Sr. Wilson, o agricultor proprietário do caminhão cobra apenas o valor correspondente ao valor do gasto da viagem, incluindo o diesel, pedágios, etc. Esta modalidade é muito utilizada pelos agricultores.

Os preços do dia são cotados pelos comerciantes, geralmente no período da manhã, tomando como referência à quantidade e a qualidade que serão oferecidos no mercado naquele dia. Percebemos que há uma certa especulação geral, pela manhã e tarde, em torno de qual será o preço a ser definido para cada produto. Os preços também podem ser definidos levando-se em consideração a expectativa sobre algum acontecimento climático ou econômico que venha ocorrer durante aquele dia.

Perguntamos a uma agricultora, que também possui boxe, sobre como ela determinava os preços das mercadorias:

“Dou uma olhada pelos boxes, contando a quantidade que há das mercadorias que vendo, principalmente nos boxes que comandam determinados produtos, e vejo por quanto está sendo vendido, dependendo da quantidade e da qualidade do produto eu faço o preço”. (Entrevista com a agricultora Simone, em 03 de julho de 2004).

Não há um contrato formal entre o agricultor e o comerciante. O que há é uma espécie de trato, entre as partes, que funciona na base da confiança: o comerciante confia que o agricultor vai entregar as mercadorias e o agricultor ao entregá-las confia que irá receber o pagamento. Segundo o Sr. Wilson, tudo é feito na base da confiança, pois o agricultor terá que aguardar até o comerciante vender as mercadorias para efetuar o pagamento, que geralmente ocorre semanalmente. Desse modo, revela a subordinação dos agricultores aos comerciantes.

A última modalidade de venda é praticada por apenas três famílias gaúchas de agricultores. Trata-se da venda direta a empresas-distribuidoras do município de Biritiba Mirim. As distribuidoras (Verde & Cia, Takagaki, Kimoto, Kitazawa e Terra Nova), compram as mercadorias, beneficiam e distribuem para grandes redes de supermercados de todo Vale do Paraíba e fundo do Vale, Baixado Santista, Região Metropolitana do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte e Triângulo Mineiro.

3 – Conclusões Preliminares

O ponto de vista dos elementos da produção camponesa, segundo Oliveira (1994), e do modo como os agricultores do bairro rural se relacionam entre si e com o mercado, podemos identificar a existência de dois grupos de agricultores que se diferenciam conceitualmente: O primeiro grupo tem a organização da produção baseada no trabalho familiar; ele constitui a maioria da totalidade dos agricultores; relaciona-se com o mercado com a finalidade de adquirir dinheiro para a subsistência do grupo familiar (M-D-M) apesar da produção ser destinada ao mercado e o modo de vida se aproxima do conceito de camponês descrito por Oliveira:

“O campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da multiplicidade de formas de subordinação às quais pode apresentar-se submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao” descampesinamento “, ora à sua reprodução enquanto camponês”. (Oliveira: 2002 p. 1).

Já o segundo grupo, baseia a organização de sua produção no trabalho assalariado e de meeiros; arrenda terras e organiza o sistema agrícola de acordo com a demanda do mercado; os proprietários são os que possuem as maiores propriedades do bairro e a produção é mecanizada e a produção tem a finalidade de gerar lucro e não a subsistência do grupo familiar (D-M-D´). Os compreendemos como pequenos capitalistas.

“Na agricultura, para que essa relação ocorra, é necessário que o capitalista compre ou arrende a terra, que é o principal meio de produção no campo. É preciso também que compre os demais meios de produção, as máquinas, as ferramentas, os insumos etc. É por isso que o capitalista contrata no mercado o trabalhador livre de todos os meios de produção, inclusive da terra, e em troca lhe paga um salário em dinheiro, com o qual ele compra tudo o que necessita para continuar a ser trabalhador e vender a sua força de trabalho ao capitalista.” (Oliveira: 1990 p. 65).

4 - Bibliografia

- Bombardi, Larissa Mies. O Papel da Geografia Agrária no Debate Teórico sobre os Conceitos de Campesinato e Agricultura Familiar. In Revista GEOUSP. Nº 14. São Paulo. 2003.
- Chayanov, A. La Organización de La Unidade Económica Campesina. Ediciones Nueva Visión. Buenos Aires. 1974.
- De La Corte, Judith. Contribuição ao Estudo do Abastecimento de São Paulo em Produtos Hortifrutícolas. Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo. Série Teses e Monografias. Nº 31. São Paulo. 1985.
- Grínber, Isaac. História de Mogi das Cruzes: Do Começo até 1954. 2ª tiragem. São Paulo. 1961.
- Guimarães, A. P. Quatro Séculos de Latifúndio. 6a. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1989.
- IBGE. Censos demográficos. 1991 e 2000. IBGE.
- IBGE. Censo Agropecuário 1995-2000.
- Kautsky, K. A Questão Agrária. Ed. Laemmert. Rio de Janeiro. 1968.

- Lênin, V.I. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. Ed. Nova Cultural. Série: Os Economistas. Capítulo II. São Paulo. 1985.
- Marques, Marta Inez Medeiros. O Modo de Vida Camponês Sertanejo e sua Territorialidade no Tempo das Grandes Fazendas e nos dias de Hoje em Ribeira-PB. Tese de Mestrado. FFLCH/USP. 1994.
- _____, O Conceito de Espaço Rural em Questão. In Revista Terra Livre. Ano 18 n. 19. p. 95-112. São Paulo. 2002.
- _____, A Atualidade do Uso do Conceito de Camponês. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa. 2002.
- Martins, J.S. O Cativo da Terra. Hucitec. São Paulo. 1996.
- _____, A Questão Agrária Brasileira e o Papel do MST in A Reforma Agrária e a Luta do MST. Ed. Vozes. Petrópolis. 1997.
- Oliveira, A. U. A Geografia das Lutas no Campo. Ed. Contexto. São Paulo. 1988.
- _____, Modo Capitalista de Produção e Agricultura. Ed. Ática. São Paulo. 1990.
- _____, Agricultura e Indústria no Brasil. In Boletim Paulista de Geografia. No. 58. AGB. São Paulo. 1981.
- _____, Renda Capitalista da Terra Diferencial, Absoluta e de Monopólio e Preço da Terra. In Revista Orientação. Nos. 6 e 7. IGESOG/DG/USP. São Paulo. 1985/86.
- _____, Agricultura Camponesa no Brasil. Ed. Contexto. São Paulo. 1991.
- _____, Agricultura Brasileira – As Transformações Recentes. SPM/CEM. São Paulo. 1994.
- _____, O Campo Brasileiro no Final dos Anos 80 in A Questão Agrária Hoje. Stédile et all. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Associação Nacional de Cooperação Agrícola. Porto Alegre. 1994.
- _____, A Longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária in Dossiê Desenvolvimento Rural. Estudos Avançados 15 (43). USP. São Paulo 2001.
- Queiroz, M.I.P. Bairros Rurais Paulistas. Editora Livraria Duas Cidades. São Paulo. 1973.
- Rainha Júnior. J. Palestra Publicada pela Revista ADUEM. 1997
- Seabra, M. G. As Cooperativas Mistas do Estado de São Paulo. Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo. Série Teses e Monografias. Nº 30. São Paulo. 1977.
- _____, Vargem Grande: Organização e Transformações de um Setor do Cinturão-Verde Paulistano. Instituto de Geografia. Série Teses e Monografias Nº 4. São Paulo. 1971.
- Shanin, T. A Definição de Camponês: Conceitualização e Desconceitualização. In Estudos CEBRAP. No. 26. São Paulo. 1980.
- Stédile, J. P. (Coordenador). A Questão Agrária Hoje. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Associação Nacional de Cooperação Agrícola. 3ª Edição. Porto Alegre. 1994.
- SINDICATO RURAL DE MOGI DAS CRUZES. Perfil da Agricultura em Mogi das Cruzes. 1997.
- Stédile, João Pedro. Organizador. A Questão Agrária Hoje. Editora da Universidade do Rio Grande do Sul/Associação Nacional de Cooperação Agrícola. 3ª Edição. Porto Alegre. 1994.

III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária
Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005

Valdivia, I. e Rua, Arturo. Principales Transformaciones Del Espacio Rural Cubano. Ver. Geográfica. 14.35-48. São Paulo. 1997.

Valverde, Orlando. Metodologia da Geografia Agrária. In Geografia Agrária do Brasil. CBPE/INEP/MEC. Rio de Janeiro. 1964.